

ACORDO SYKES-PICOT (1916)

Samuel Feldberg

O petróleo, “ouro negro” de nossa civilização, tornou-se desde o início da Primeira Guerra Mundial um elemento imprescindível. Sem ele, os britânicos, por exemplo, não poderiam utilizar a esquadra que movimentava as tropas do império, nem os tanques, que, ao longo da guerra, se transformaram nas armas cruciais para a vitória na Europa. No último ano do conflito, o petróleo permitiria também a ampla utilização da força aérea.

Apesar da extensão do Império Britânico, o petróleo teria de ser conseguido na longínqua e de difícil acesso Mesopotâmia, parte do Império Otomano aliado do inimigo alemão. O esforço para obtê-lo na região revelou as fragilidades das tropas britânicas uma vez abandonada a segurança dos navios que as transportavam. Além disso, os britânicos não eram os únicos a cobiçar o petróleo do Oriente Médio – tinham de disputá-lo inclusive com os aliados franceses.

O controle da região era também um elemento de discórdia entre Grã-Bretanha e Rússia já que ambos viam a Pérsia como peça-chave de sua disputa na Ásia Central. Os britânicos desejavam garantir a continuidade de seu controle sobre a Índia, os russos, o acesso ao oceano Índico e ao Golfo Pérsico.

Nessa época, o petróleo já vinha sendo explorado no sudeste da Ásia, nos Estados Unidos e na região de Baku, na Rússia, mas o do Oriente Médio era o mais cobiçado. A expansão da exploração do petróleo encontrado na Pérsia, no Iraque e mais tarde na Arábia Saudita, aumentaria sensivelmente a importância estratégica da região, não somente onde o petróleo era extraído,

mas também nas rotas traçadas pelos oleodutos necessários para levar o produto das margens do Golfo Pérsico até a costa do Mediterrâneo, de onde seguia por mar até os centros consumidores na Europa.

Os territórios do Império Otomano haviam se tornado, desde o início do século XX, foco das atenções das potências européias que passaram a disputar pela supremacia na região do Oriente Médio.

O interesse britânico pelo Iraque intensificou-se após a entrega aos alemães, por parte dos otomanos, de uma concessão para a construção de uma ferrovia que ligaria o sudoeste da Turquia a Bagdá, estendendo-se depois até Basra. Para os britânicos, essa presença alemã na região representava uma ameaça às linhas vitais de sua comunicação com a Índia, não somente a principal colônia britânica e a mais rica de suas possessões, mas também a chave para a expansão do império no Extremo Oriente (através da Pérsia e do Afeganistão). França e Rússia eram os adversários potenciais vistos como as maiores ameaças até que, após a Guerra Franco-Prussiana de 1870, o império alemão tornou-se um elemento central do jogo de poder no continente. No caso de um confronto, uma vitória, consolidaria o domínio alemão sobre a grande massa da Eurásia.

Diante dessas questões, como os britânicos reagiram? O governo britânico nesse período não podia ser visto como monolítico, e a política externa resultava de uma somatória de forças. Havia grandes diferenças de abordagem entre o ministério do Exterior, o das Colônias e o das Finanças, especialmente no que dizia respeito à “questão oriental”, foco dos interesses estratégicos britânicos por mais de um século.

As relações entre a Grã-Bretanha e seus súditos muçulmanos haviam se complicado após o motim de 1857 na Índia, levando ao temor de uma disseminação da revolta em locais estratégicos como o Egito. Durante a última década do século XIX, o Império Otomano esteve à beira do colapso. Amplas áreas, como o Egito e o Sudão, nominalmente parte do império, há muito eram controladas pelos britânicos, e as áreas onde hoje se localizam o Iêmen e Omã já se haviam tornado protetorados britânicos, apesar de os otomanos ainda as considerarem parte de seu império. Outras potências européias declararam-se “protetoras” de minorias religiosas, como a França em relação aos católicos e a Rússia frente aos ortodoxos.

As Guerras dos Bálcãs, no início do século XX, deixaram os otomanos de posse de uma ínfima parcela da Europa, mas ainda firmemente no controle do estreito de Dardanelos. Assim, às vésperas da Primeira Guerra

Mundial (1914-1918),* a fragmentação do Império Otomano já era antecipada e as principais potências europeias já se posicionavam para apropriar-se dos despojos.

Até o final da primeira década do século XX, os britânicos procuraram manter o equilíbrio de poder na Europa, apoiando o Império Otomano e buscando beneficiar-se de sua fraqueza. Ao mesmo tempo, engajaram-se para impedir o livre acesso, ou o controle, por parte do Império Russo do estreito de Dardanelos; para tanto, inclusive, aliaram-se aos otomanos na Guerra da Criméia (1853-1856). Enquanto isso, aumentaram sua influência no sul da Pérsia e aprofundaram seu controle sobre o Afeganistão.

Grã-Bretanha e França estiveram freqüentemente em conflito desde o fim das Guerras Napoleônicas, apesar de extensos períodos de aproximação, como durante a Guerra da Criméia e após a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana. O Egito transformou-se no “pomo da discórdia” quando a Grã-Bretanha assumiu a liderança na repressão aos nacionalistas egípcios, passando a controlar o país. Os franceses tentaram desalojar seus antigos parceiros por meios diplomáticos e a questão se transformou num dos principais focos de tensão entre os dois países até o final do século XIX. Outras disputas ocorreriam na África e na Ásia durante a luta pela expansão imperial.

Em 1894, a França estabeleceu uma aliança com a Rússia, com o objetivo de recuperar a Alsácia-Lorena e sua posição no Egito. A Rússia, apesar de ver a aliança com a França como uma oportunidade para apoderar-se de Constantinopla, não estava preparada para enfrentar o Império Alemão ou a Grã-Bretanha. A França apoiou financeiramente a Rússia, financiou a construção da estratégica ferrovia que se estendeu até a fronteira da Índia e colocou-se ao lado da Rússia quando os britânicos se aliaram ao Japão em 1902. Mas foi justamente essa constelação que finalmente contribuiu para uma aproximação entre a Grã-Bretanha e a França, que se manteria até os dias de hoje.

Se a Rússia e o Japão entrassem em guerra, como efetivamente acabou acontecendo, a Grã-Bretanha seria obrigada a apoiar os japoneses, e os franceses seriam forçados então a enfrentar a Marinha britânica por uma causa que não lhes dizia respeito. A pressão alemã na África também estimulou o governo francês a encerrar a disputa no Egito e concentrar

* N.E.: Sobre esse assunto ver “Primeira Guerra Mundial” em *História das guerras* (São Paulo: Contexto, 2006).

seus esforços no Marrocos, que era mantido como tampão entre Gibraltar e a África francesa. O acordo que dividiu o Marrocos entre franceses e espanhóis, à revelia do sultão e de sua população, firmado em abril de 1904, pode ser visto como uma prévia de futuros acordos secretos que estabeleceriam as relações entre as principais potências mundiais nas décadas seguintes. Assim, no momento em que a Rússia, atolada na Ásia e sendo derrotada pelo Japão, deixava de ter valor como aliada contra a Alemanha, a Grã-Bretanha tomava seu lugar.

Com a derrota russa na Guerra Russo-Japonesa de 1905 e a acomodação da Grã-Bretanha com a França e os Estados Unidos, o Império Alemão passou a representar o principal adversário da estabilidade e uma ameaça ao *status quo*.

Entretanto, apesar dos acordos assinados nesse período, não se configura uma mudança radical na política britânica de isolamento. A principal razão que movia a política externa britânica para a assinatura dos acordos com a França, a Rússia e o Japão era a proteção de seu império colonial, não a criação de uma aliança que se opusesse às potências continentais, especialmente o Império Alemão. Assim, os acordos com a França garantiam o direito desta de preservar a ordem no Marrocos, enquanto os direitos britânicos seriam preservados no Egito. Estava garantida também a livre passagem através de Suez e Gibraltar e, portanto, o acesso à Índia.

Também no caso do acordo entre a Grã-Bretanha e a Rússia, o objetivo não era o de cercar o Império Alemão, mas sim aproveitar a recente derrota russa para resolver as questões relacionadas ao “Grande Jogo” na Ásia Central. Essa era a denominação da disputa pelo controle do Afeganistão, travada ao longo de décadas, entre britânicos e russos, e que resultara da consolidação da ocupação da Índia pela Grã-Bretanha e do avanço do Império Russo em direção ao sul, até a fronteira afegã. Depois da derrota diante do Japão, a Rússia cedeu o controle do Tibete, do Afeganistão e da Pérsia, garantindo, assim, aos ingleses a proteção do território indiano diante de futuros avanços da Rússia. Em nenhum dos acordos a Grã-Bretanha se comprometeu com uma aliança formal, nem prometeu assistência militar às potências européias.

A GUERRA EM TERRITÓRIOS OTOMANOS

A Primeira Guerra Mundial inicia-se na Europa em 4 de agosto de 1914 com a invasão da Bélgica por parte da Alemanha. Tanto franceses como alemães esperavam uma guerra curta, como haviam sido as guerras

Austro-Prussiana (1866) e Franco-Prussiana (1970) – guerras de movimento, rápidas e decisivas.

Na frente ocidental, a invasão da Bélgica tinha por objetivo implementar o Plano Schlieffen, que previa um rápido avanço das forças alemãs, derrotando os franceses, conquistando Paris e liberando as tropas para enfrentar a ameaça russa no leste. Evitariam, assim, uma guerra em duas frentes, contra a França e a Rússia.

A França, por sua vez, esperava que um rápido avanço de suas tropas levasse à recuperação da Alsácia e da Lorena, perdidas em 1870.

A invasão da Bélgica causou, como esperado, a intervenção da Grã-Bretanha, que, sem que houvesse oposição da marinha alemã, desembarcou sua força expedicionária, contribuindo para o bloqueio das tropas alemãs e iniciando uma seqüência de ofensivas e contra-ofensivas que produziu, em novembro de 1914, a estabilização das linhas de frente, as quais, com pequenas variações, se manteriam pelos três anos seguintes.

Mais de mil quilômetros a leste dessa frente de batalha, as forças da Rússia, dos impérios alemão e austro-húngaro, e da Sérvia preparavam-se para um enfrentamento que se estenderia da Prússia oriental até os Cárpatos. Ao contrário da frente ocidental, as forças alemãs posicionaram-se na defesa, enquanto a Rússia preparava-se para uma invasão que puniria os alemães por seu apoio aos austríacos. A seqüência de combates, envolvendo exércitos muito menos profissionais que os ocidentais, levaria ao confronto de levas de soldados-camponeses movimentando-se em terreno difícil e resultando numa percepção de ameaça russa que influiria decisivamente na evolução das operações destinadas a derrotar a França. Em um momento decisivo da ofensiva alemã contra as tropas anglo-francesas, milhares de soldados alemães foram enviados para o leste a fim de defender a Prússia oriental atacada pela Rússia, que atendia a uma solicitação francesa. E, em apoio a seu aliado alemão, o exército austro-húngaro, já combatendo a Sérvia, atravessou a fronteira russa, envolvendo-se também em duas frentes.

Quando o inverno chegou, deu-se uma trégua e, após quatro meses de luta, a situação na frente oriental pôde ser avaliada. Os exércitos russos haviam sido derrotados na Prússia, tornando famosos a localidade de Tannenberg e o marechal Hindenburg. O Império Austro-Húngaro havia sofrido perdas terríveis na Galícia e seu exército, composto de inúmeras nacionalidades, estava privado de grande parte de seus oficiais austríacos. Apesar da vitória russa no sul, a derrota contra os alemães demonstrava a incapacidade das massas russas de se oporem à máquina de guerra alemã.

Do ponto de vista estratégico, a perspectiva de uma vitória contra os russos gerou entre os alemães a idéia de ampliar as ações militares no leste. A vitória alemã contra os russos seria alcançada em determinado momento, mas não salvaria a Alemanha da derrota final.

Apesar da concentração das operações no teatro europeu, a Grande Guerra logo se transformaria em uma guerra mundial. Com a participação de três impérios – Grã-Bretanha, França e Alemanha –, cujos territórios coloniais eram contíguos, o confronto entre alguns deles era inevitável. Os britânicos controlavam territórios na África Oriental, limítrofes aos das colônias alemãs, e, enquanto os soldados britânicos tivessem de defender essas posições na África, não poderiam se engajar no continente europeu. Além disso, a dependência da Grã-Bretanha de sua frota mercante tornava-a vulnerável aos ataques da esquadra alemã – e o custo financeiro da campanha para os britânicos era extremamente alto.

Os japoneses foram os primeiros não-europeus a entrar na guerra, fato que não teve importância imediata. A intervenção extra-européia mais importante desse primeiro ano seria a da Turquia, que causou enormes repercussões nos Bálcãs, na Rússia, em todo o Oriente Médio e no Golfo Pérsico. A entrada da Turquia na guerra, como aliada das Potências Centrais, marcou o início de uma nova fase na medida em que ambos os lados buscavam aliados e teatros de ação com o intuito de romper o equilíbrio da frente ocidental européia.

A Turquia entrou na guerra no começo de novembro, quando o cruzador alemão Goeben, já portando a bandeira turca, bombardeou o porto russo de Odessa. Em 5 de novembro de 1914, o combalido império, que há cinqüenta anos vinha se esfacelando, decidiu-se pelo alinhamento com a Alemanha, que já estava treinando seu exército em resposta ao confisco, por parte da Grã-Bretanha, de dois poderosos encouraçados encomendados para sua frota.

O exército turco, assim como o austro-húngaro, compunha-se de distintos elementos, entre os quais divisões árabes que há muito se ressentiam da dominação turca. E sua localização, ao sul de uma Bulgária ainda neutra, impedia o abastecimento militar de forma direta, por parte de seus aliados. Dentro do território turco, a nova estrada de ferro que estava sendo construída por engenheiros alemães ainda tinha várias interrupções e estava a quatrocentos quilômetros da fronteira russa no Cáucaso. E as forças do exército turco estavam distribuídas na Turquia européia, na Anatólia, próximo à fronteira russa, na região da Síria, no Iêmen, na Arábia Central e na Mesopotâmia.

Os resultados das intervenções militares da Turquia serão mistos, mas certamente a contribuição turca mais importante foi o imediato fechamento dos estreitos de Bósforo e Dardanelos à navegação aliada, em outubro de 1914. Os portos russos no mar Negro foram bloqueados, causando a interrupção dos fluxos de exportação e da principal entrada de abastecimento vindo do exterior, afetando tanto a população russa quanto sua frágil base industrial. Seus aliados foram obrigados a realizar um enorme esforço para compensar essas deficiências, tanto em relação à população quanto ao esforço russo de guerra.

O ano de 1915 seria marcado pelas ações dos Aliados contra o Império Otomano. Assim como os russos atacaram a Prússia a pedido da França e os austríacos atacaram a Rússia para apoiar o esforço alemão, quando as tropas turcas entraram no Cáucaso, a Rússia solicitou a seus aliados uma demonstração de força contra a Turquia.

A estagnação europeia favoreceu a idéia de um ataque naval inglês para desbloquear o estreito de Dardanelos e destruir os navios alemães que haviam escapado da esquadra britânica no Mediterrâneo e se tornado fator decisivo para a entrada da Turquia na guerra. O bombardeio alemão às fortalezas belgas levou Winston Churchill, primeiro lorde do almirantado, a acreditar que a marinha britânica poderia facilmente sobrepujar as defesas expostas dos turcos, mantidas por equipamento obsoleto. Mas a capacidade turca de resistir foi subestimada pelos britânicos: uma combinação de áreas minadas e baterias móveis na primeira fase da batalha levou à derrota dos britânicos, que perderam quase um terço de suas tropas. Um novo ataque foi lançado em agosto e pequenas cabeças de ponte foram mantidas até janeiro do ano seguinte, quando foi decidida a retirada. Os Aliados perderam mais de 200 mil homens e praticamente todo o material que haviam desembarcado. A saída dos russos para o Mediterrâneo continuou bloqueada e o gabinete britânico caiu, levando consigo Churchill, por muitos anos considerado o grande responsável pelo fiasco.

Gallipoli, como ficou conhecida a campanha dos Dardanelos, não seria a única derrota britânica contra os turcos. Em Kut al-Amara, às margens do rio Tigre, na Mesopotâmia, os britânicos foram novamente derrotados em 29 de abril de 1916, quando 13 mil soldados britânicos e indianos se renderam ao exército turco após um cerco de 143 dias e a destruição de uma força de 30 mil homens que tentou resgatá-los sem sucesso. Até aquele momento, as forças britânicas nunca haviam sofrido uma derrota dessa magnitude, tendo adquirido uma reputação de invencibilidade. A partir de então, os povos do Oriente Médio passariam a ver os britânicos com outros olhos.

A força britânica havia sido enviada à Mesopotâmia em outubro de 1914 para proteger os campos de petróleo do sul da Pérsia, vitais para o abastecimento da Marinha, que vinha aceleradamente substituindo o carvão na propulsão de seus navios. A facilidade de desembarque no porto de Basra, às margens do Golfo Pérsico levou ao avanço inglês rio acima, apesar de o objetivo estratégico da campanha já ter sido atingido. Mas a ambição de atingir Bagdá, e compensar a evacuação dos Dardanelos, levou à equivocada decisão de continuar o avanço sem transportes suficientes ou o apoio de reservas até que, a apenas 28 quilômetros de Bagdá, as tropas britânicas foram contidas e tiveram que recuar até Kut al-Amara, de onde somente sairiam para um longo cativeiro.

No sudeste da Arábia, os turcos haviam avançado até as portas de Áden, onde permaneceriam até o fim da guerra. Apesar da corrupção e percepção de incompetência notórios na administração turca da época, haviam obtido resultados positivos contra o poderoso Império Britânico.

Em junho de 1916, os príncipes hachemitas do Hejaz (o território que hoje corresponde ao noroeste da Arábia Saudita, às margens do Golfo de Aqaba) decidiram rebelar-se contra os dominadores turcos. A Revolta Árabe, como veio a ser conhecida, havia começado. Não foi um evento militar importante, apesar da rápida captura, por parte dos revoltosos, de Meca, Jeddah e Taif. Mas os árabes foram incapazes de tomar Medina, a principal guarnição militar turca. Com a diminuição do ímpeto da rebelião, os turcos enviaram reforços a suas tropas estacionadas no sul, através da estrada de ferro que ligava Damasco a Medina e que não havia sido interrompida pelos rebeldes.

É neste contexto que entra em cena T. E. Lawrence, funcionário do departamento árabe do quartel-general inglês no Egito, enviado pelos ingleses para contatar os líderes da rebelião. Logo ficou claro que os beduínos indisciplinados da Arábia não seriam capazes de enfrentar os turcos numa guerra convencional. A chave para o controle estratégico da região era a estrada de ferro de Hejaz. Assim, o cerco de Medina foi abandonado, e as qualidades militares inatas dos nativos e sua habilidade em operar no deserto por longos períodos foram aproveitadas, levando a campanha para o norte, atacando a estrada de ferro e reduzindo drasticamente os reforços enviados pelos turcos. As técnicas de guerrilha permitiram utilizar a revolta para auxiliar a causa dos Aliados ao mesmo tempo em que se promovia a causa árabe de libertação do domínio estrangeiro.

Em julho de 1917, o estratégico porto de Aqaba no mar Vermelho foi capturado pelas forças lideradas por Lawrence e pelos homens das tribos

por ele reunidas, permitindo ao emir Faiçal (filho mais novo do xerife Hussein, soberano do Hejaz) lá instalar seu quartel-general, colocando-se sob as ordens do general Allenby, que passara a comandar as forças britânicas na Palestina. Aos nômades árabes foram fornecidos armamentos e recursos para mantê-los engajados no esforço militar, protegendo o flanco britânico a leste do rio Jordão, e evitar que os turcos pudessem enviar reforços para a Palestina. No plano político, a destruição do exército turco liberaria um enorme número de oficiais e milhares de soldados árabes. Ao longo das diversas batalhas em que se engajaram os exércitos turco e britânico, a colaboração dos árabes liderados por Lawrence obrigou os turcos a comprometerem mais de 150 mil soldados, diminuindo sensivelmente sua capacidade de enfrentar as tropas de Allenby que avançariam até Damasco, levando à capitulação turca em outubro de 1918.

Com a rendição turca, 90% de seus territórios asiáticos ficaram sob domínio britânico, do rio Nilo até o rio Eufrates. Apesar de formalmente destinados aos Aliados, na prática eram os britânicos os únicos capazes de controlá-los através de suas tropas presentes na região. E, assim como os soviéticos controlaram a Europa Oriental ocupada após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), os britânicos se tornariam senhores do Oriente Médio com o fim da Primeira Guerra. Os franceses só tinham forças suficientes para controlar o norte da Síria, onde sempre haviam mantido sua influência, e a Rússia pós-revolução estava eliminada como rival estratégico de curto prazo.

A PARTILHA DO ORIENTE MÉDIO

O acordo anglo-francês, denominado Acordo Sykes-Picot, que leva o nome dos dois negociadores envolvidos na sua formulação, tem sua origem nos objetivos da política externa britânica, catalisada pela guerra e pela expectativa de desmembramento do Império Otomano. Os franceses, aliados menores dos britânicos na empreitada contra os turcos, tinham seus próprios objetivos a conquistar na região.

A liderança do Hejaz, temerosa da influência que poderia exercer o governo turco resultante da revolução de 1908, demonstrou-se receptiva aos interesses britânicos na região e à possibilidade de uma rebelião contra os turcos. A implementação de uma política britânica para a região, visando o apoio na luta contra os turcos, geraria interpretações equivocadas que afetariam as populações envolvidas, até os dias de hoje. Assim como as

lideranças árabes da Palestina, da Síria e da Mesopotâmia entenderam que os britânicos falavam de sua independência após a derrota turca, também a liderança do movimento sionista interpretou a criação de um “lar nacional judaico” como a promessa de um Estado judeu na região.

Os britânicos, preocupados com a integridade do Canal de Suez, preferiram oferecer aos árabes autonomia sob a proteção da potência colonial, no sistema que se consolidaria através dos mandatos estabelecidos posteriormente pela Liga das Nações. Mas nunca deixaram claras suas intenções, optando pela ambigüidade que caracterizou a correspondência entre as partes. Nesta que ficou conhecida como as “Cartas McMahon”, o alto comissário para o Egito sir Henry McMahon responde às exigências do xerife Hussein que incluíam entre outros:

- O controle sobre a totalidade da Península Arábica, excluindo Áden;
- O estabelecimento de um Califado Árabe e a extinção das capitulações (os privilégios concedidos aos europeus no Império Otomano), em troca da preferência pela Grã-Bretanha em todos os empreendimentos econômicos árabes, havendo equivalência de todos os outros fatores;
- Uma aliança militar garantindo a neutralidade de ambas as partes no caso de a outra engajar-se em uma guerra ofensiva.

Em sua resposta, McMahon exclui das áreas delimitadas por Hussein amplas partes da Síria, consideradas “não árabes”, reservando-se o direito de realizar modificações e firmar tratados com outras lideranças árabes. E menciona ainda os interesses da França, que teriam de ser respeitados em qualquer acordo. A Grã-Bretanha garantia a integridade dos lugares santos árabes contra a agressão externa, reconhecia sua individualidade e oferecia auxílio para o estabelecimento da melhor forma de governo nos diferentes territórios. Deixa claro ainda que nas províncias de Basra e Bagdá, os britânicos têm interesses específicos que exigirão acordos especiais para a “proteção destes territórios da agressão externa, para promover o bem-estar de seus habitantes e garantir o interesse comum”.

As províncias de Basra e Bagdá localizadas na zona destinada ao controle direto dos britânicos, garantiriam a ligação entre o norte do Iraque, onde já se explorava o petróleo na região curda, e o sul, onde através da confluência do Tigre e do Eufrates o Golfo Pérsico podia ser acessado. A ocupação permitiria também estender para o sul a estrada de ferro construída com o auxílio dos alemães, que unia a Europa ao Golfo. Apesar das diferenças étnicas entre as populações – predominantemente sunitas no centro e xiitas

no sul –, após a supressão das rebeliões da década de 1920, a situação se manteria relativamente estável durante várias décadas.

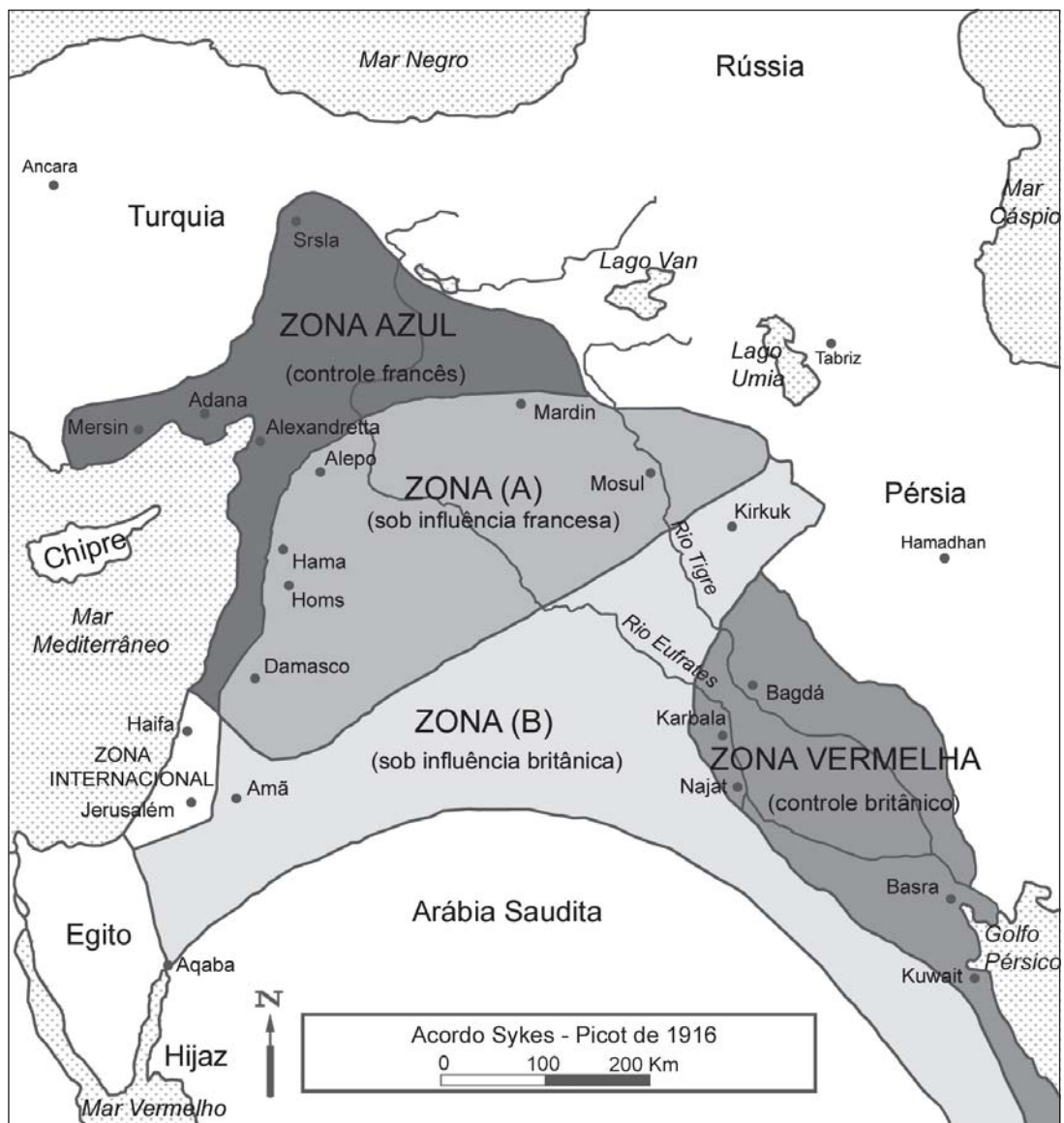
Os aliados franceses não se entusiasmaram com as perspectivas britânicas para a região e almejavam o controle sobre as áreas do Líbano e da Síria, com base nas conquistas francesas da época das Cruzadas, e a proteção oferecida pelos franceses à população católica da região, especialmente no Monte Líbano, próximo à costa da Síria. A necessidade britânica de engajar suas forças no Oriente Médio aumentava o ônus dos franceses no *front* ocidental europeu, o que exigia oferecer algo em troca a seus aliados. Por essa razão, a resposta de McMahon a Hussein excluiu a região costeira da Síria e da Palestina, contemplada pelos franceses. É nesse contexto que se desenrolaram as negociações que culminariam no Acordo Sykes-Picot.

Como foi dito, o acordo leva o nome dos dois negociadores por ele responsáveis. Sir Mark Sykes era um jovem político inglês, especialista em temas do Império Otomano, que trabalhava no departamento árabe no Cairo, mesmo órgão que abrigava seu colega T. E. Lawrence. François Picot era membro de uma família que representava os interesses coloniais franceses, defensores da unicidade da Síria e da Palestina, consideradas propriedade francesa por razões históricas, culturais e econômicas. A França tinha como objetivo controlar diretamente as regiões costeiras, indiretamente o resto da Síria (através de um governo fantoche), e estender seus domínios até a região de Mosul, no Iraque. O controle francês sobre essa área do Iraque garantiria aos franceses a participação na exploração do petróleo nela existente, além do controle sobre o território onde se instalaria o oleoduto para levá-lo até a costa do Mediterrâneo.

A necessidade britânica de garantir o apoio francês levou à aceitação dessas demandas, com o texto do acordo incluindo os seguintes itens:

- A França e a Grã-Bretanha se propunham a reconhecer e proteger um Estado árabe ou uma confederação de Estados árabes independentes, reservados os direitos da França e da Grã-Bretanha de fornecer assessores e funcionários estrangeiros em suas áreas de influência, designadas como “A” (França) e “B” (Grã-Bretanha). Que nessas áreas Grã-Bretanha e a França poderiam estabelecer administrações diretas ou indiretas, conforme considerem necessário.
- Em uma área determinada seria estabelecida uma administração internacional, decidida após consultas com a Rússia e outros aliados, além do xerife de Meca.

O Acordo Sykes-Picot.



- A Grã-Bretanha obteria o controle dos portos de Haifa e de Acre e a garantia de suprimento de água do Tigre e do Eufrates para sua área de influência, e se comprometeria a não negociar a cessão de Chipre a nenhum terceiro sem a anuência da França.
- Alexandretta seria um porto livre para o trânsito de mercadorias britânicas e seu acesso ao interior através das áreas francesas, e Haifa seria um porto livre para o trânsito de mercadorias francesas, de suas colônias e protetorados assim como seu transporte através das ferrovias britânicas.
- A ferrovia de Bagdá não seria ampliada em direção ao sul além de Mosul nem ao norte além de Samarra, até que tivesse sido construída uma ferrovia conectando Bagdá e Alepo através do vale do rio Eufrates e, mesmo assim, somente com a concordância dos dois governos.
- A Grã-Bretanha teria o direito de construir, administrar e manter-se como única proprietária de uma ferrovia conectando o porto de Haifa com sua zona de influência (B), com o direito perpétuo de transportar tropas através dela. Em caso de dificuldade para a construção da ferrovia, o governo francês concordaria em considerar a travessia de áreas sob seu controle.
- O governo francês em nenhum momento entraria em negociações para a cessão de direitos a terceiros na área sob seu controle sem o consentimento da Grã-Bretanha, a não ser ao Estado árabe ou confederação de Estados árabes. E a Grã-Bretanha assumiria o mesmo compromisso em relação a suas áreas.
- Todas as partes se comprometeriam a não permitir a presença de potências estrangeiras em seus territórios, nem a instalação de bases marítimas nas costas ou ilhas do mar Vermelho. A fronteira de Áden, no sul da península Arábica, poderia ser ajustada se necessário, para fazer frente à agressão turca.
- Tanto a futura negociação de fronteiras dos países árabes quanto a importação de armas nos territórios árabes estariam sujeitas ao controle das duas potências.
- Os governos da Rússia e do Japão seriam informados e as demandas da Itália teriam de ser consideradas.

Inicialmente, por razões óbvias, o acordo manteve-se secreto. Somente com a Revolução Russa em 1917, após a abertura dos arquivos pelos revolucionários, os termos do acordo tornaram-se conhecidos do público. No ano seguinte, terminaria a Primeira Guerra Mundial, com a derrota do

Império Otomano, e a ocupação pela Grã-Bretanha dos territórios contemplados no acordo.

A DECLARAÇÃO BALFOUR E A QUESTÃO DA PALESTINA

A região costeira da Palestina, destinada no Acordo Sykes-Picot ao controle internacional, continuaria a ser o foco das tensões entre as populações locais e potências estrangeiras. Além da questão estratégica de acesso ao Canal de Suez e do novo porto de Haifa, não pode ser menosprezado o aspecto religioso – justificativa ideológica para grandes disputas entre judeus, cristãos e muçulmanos – de Jerusalém e dos lugares considerados sagrados existentes no território, assim como o envolvimento de diversos atores britânicos com a questão do “retorno a Sion” que acreditavam estar cumprindo uma missão ao permitir o retorno do povo judeu à terra de seus antepassados. E assim como no passado o Egito imperial havia utilizado a Palestina como um tampão ao norte, também os britânicos poderiam fazê-lo depois de tomar o território dos otomanos. E, do ponto de vista inglês, nada melhor que uma população formada por imigrantes europeus, que vissem nos britânicos seus protetores, para colonizar a área.

Em um primeiro momento tampouco houve uma reação negativa por parte da liderança árabe à presença de judeus imigrados na Palestina. A expectativa gerada pela correspondência entre McMahon e o xerife Hussein permitia aos árabes aceitar a presença e o aumento da imigração judaica na área, que representava menos de 1% dos territórios liberados dos turcos.

A combinação do comprometimento de líderes como Lloyd George, o marechal Allenby, o próprio Mark Sykes e o ministro de Relações Exteriores, lorde Arthur J. Balfour, e do avanço das tropas britânicas em direção aos “lugares sagrados” da Palestina gerou as condições para a proposta de criação de um “Lar Nacional Judaico” na Palestina. Esta se materializou na que veio a ser conhecida como “Declaração Balfour”, publicada em novembro de 1917, na forma de uma carta enviada por lorde Balfour a lorde Rothschild, uma das mais proeminentes figuras da comunidade judaica inglesa, prometendo o empenho da Grã-Bretanha nesse sentido.

Assim, enquanto o departamento árabe no Cairo negociava o engajamento das tribos árabes na revolta contra os otomanos, Sykes barganhava com os russos e franceses a divisão das áreas de influência no

pós-guerra. E a área da Palestina a oeste do rio Jordão, com seus locais sagrados, foi mantida à parte, até ser designada para a imigração judaica.

Os problemas somente surgiriam com a frustração da liderança hachemita, impedida de estabelecer-se em Damasco e na península Arábica, de onde os hachemitas haviam sido desalojados pelos franceses e pela casa de Saud, respectivamente. A partir desse momento, os líderes árabes passaram a apontar os compromissos assumidos com eles e com a liderança sionista como conflitantes, utilizando como base para suas reivindicações a correspondência de McMahon.

Entretanto, no momento em que foi anunciada, a Declaração Balfour tinha por objetivo dar ao mundo uma justificativa moral à tomada da Terra Santa pelos britânicos. Somente duas décadas depois, quando os efeitos do Mandato o tornavam insustentável, surgiram as alegações de que o compromisso havia sido assumido para conquistar as lideranças judaicas da Rússia e dos Estados Unidos. Mas na verdade nenhum desses dois grupos apoiava naquele momento a idéia do sionismo, os judeus russos engajados firmemente nos ideais da revolução que se concretizava e os judeus americanos tão assimilados quanto seus correligionários britânicos.

O destino da região seria resolvido na Conferência de Paz de Paris, em 1919, e durante o período do Mandato (que terminaria com a retirada de britânicos e de franceses após a Segunda Guerra Mundial). Na Conferência de Paz de Paris seriam estabelecidas as condições para a criação dos mandatos que, amparados pela Liga das Nações, permitiriam à França e à Grã-Bretanha governar o Oriente Médio pelas próximas décadas. Em um primeiro momento, houve uma acomodação entre os interesses árabes e judaicos: os sionistas criariam o seu “Lar Nacional” na Palestina e os árabes controlariam a Síria e a península Arábica com as cidades sagradas de Meca e Medina. E os britânicos teriam acesso garantido ao petróleo do Golfo Pérsico.

O encontro entre o emir Faisal, o emissário árabe à conferência, e Haim Weizmann, líder do movimento sionista, gerou um documento contemplando a imigração judaica em larga escala para a Palestina e seu engajamento na colonização e no cultivo do solo, promovendo o desenvolvimento econômico da região e de seus habitantes. Mas a cooperação estava sujeita ao cumprimento, por parte da Grã-Bretanha, do compromisso com a independência árabe que, como sabemos, não se concretizaria.

O núcleo da disputa entre os Aliados, vencedores da Primeira Guerra, e os árabes, que os auxiliaram, estava na Síria, centro do mundo intelectual árabe e de seu movimento nacional. A Palestina, apesar de seu valor pela

presença dos lugares santos, era uma província secundária, enquanto no Iraque havia petróleo, já importante para os britânicos, mas ainda não para os árabes. Assim, a Síria era vista pelo representante árabe como a região densamente habitada e politicamente avançada para ser entregue a um governo autônomo. Nas diversas outras províncias, inclusive a Palestina, as necessidades de investimento e administração convidavam a um mandato inglês.

Mas, como vimos, a região da Síria havia sido prometida pelos ingleses aos franceses quase três anos antes e estes não estavam dispostos a abrir mão de seus planos de uma “Grande Síria”, especialmente da região do Líbano, onde predominavam os cristãos maronitas. Os franceses viam Damasco como um centro religioso hostil à França onde eram arquitetadas as ações contra a autoridade francesa no mundo muçulmano. Teria, por essa ótica, que se manter sob domínio francês.

Apesar das promessas de independência do presidente Georges Clemenceau a Faisal, os franceses pretendiam ocupar Damasco e permitir apenas uma federação de Estados autônomos na qual todos os elementos do governo e do judiciário seriam franceses controlados diretamente por Paris. A França temia que o abandono da Síria e do Líbano fosse interpretado pelas outras potências como sinal de fraqueza, o que colocaria em risco seu império colonial.

O fracasso das negociações levou Faisal a engajar-se na conquista do território pela força e uma assembléia representativa de árabes nacionalistas declarou, em março de 1920, a independência da “Grande Síria”, estendendo-se ao Líbano e à Palestina. Essa liderança nacionalista árabe colocou Faisal então no trono da Síria.

Entretanto, de nada valeram os esforços de T. E. Lawrence para garantir, junto à Conferência de Paris, os direitos que os árabes acreditavam ter conquistado com sua participação na revolta contra os turcos. Sua decepção para com seu governo e para com os franceses, pela falta de cumprimento das promessas feitas aos árabes, levou-o a afastar-se da conferência.

Um mês mais tarde, os aliados reuniram-se no marco da Liga das Nações, na Conferência de San Remo, para dividir formalmente os despojos do Império Otomano. A França recebeu o mandato para a Síria e o Líbano e a Grã-Bretanha, o mandato para o Iraque e a Palestina, com a missão explícita de ali criar um “Lar Nacional” judaico. Poucos dias depois, os negociadores britânicos e franceses dispuseram também do petróleo iraquiano e definiram as condições para que fosse criada a estrutura necessária para transportá-lo, através da Síria, até o Mediterrâneo.

De nada serviram os protestos de Faisal de que a vontade da população árabe não havia sido levada em conta na instituição dos mandatos, frustrando as aspirações daqueles que haviam combatido ao lado dos Aliados para livrar-se do jugo otomano.

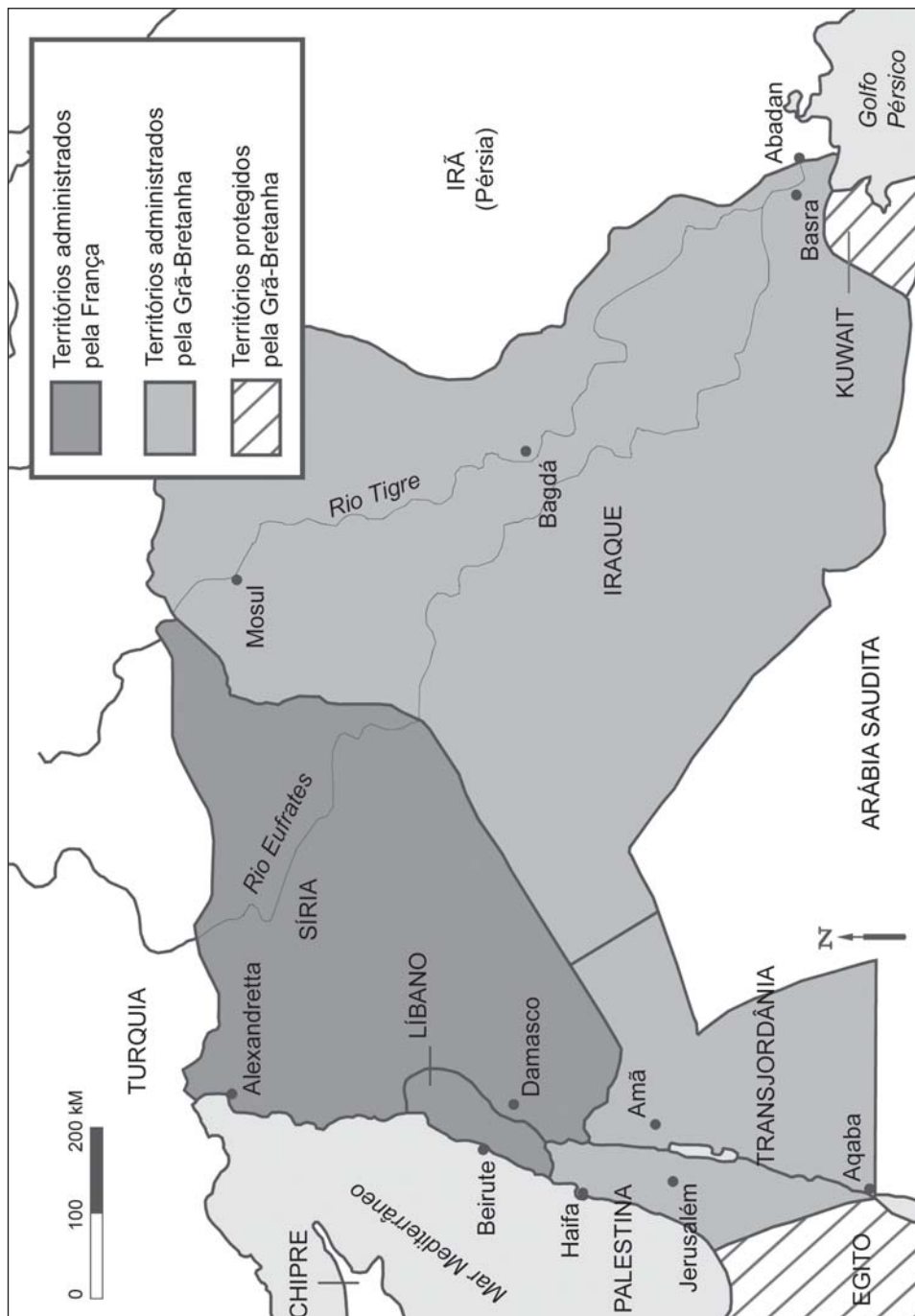
O aumento da violência na Síria levou as autoridades francesas a apresentar um ultimato a Faisal, seguido de uma ação militar em que espadas e rifles antiquados enfrentaram aviões, tanques e canhões. A vitória francesa foi rápida e decisiva, com a ocupação de Damasco e o estabelecimento do Mandato francês sobre a região, que passou a ser controlada com mão de ferro. Os franceses buscaram aumentar sua influência por meio da separação das minorias religiosas, enfraquecendo assim o movimento nacionalista árabe. O Estado cristão, criado na região do Monte Líbano, foi expandido em 1926 através da incorporação do Vale do Bekaa, predominantemente muçulmano, e das regiões costeiras, incorporando as cidades de Trípoli, Beirute, Sidon e Tiro, dando origem ao Líbano. O restante da Síria foi dividido em cinco áreas, acentuando-se as diferenças religiosas da população. Os franceses impuseram um domínio rigoroso, tornando o idioma francês compulsório nas escolas e adotando com os árabes as mesmas técnicas de administração anteriormente empregadas nas colônias africanas.

A sociedade síria manteve-se permanentemente em ebulição, com levantes de alawitas, drusos e beduínos, assim como ocorria antes no tempo do Império Otomano. Suas demandas: uma constituição, seguida de soberania, conforme ordenado pela Liga das Nações, unificação do país e a garantia de liberdades individuais.

As revoltas na região drusa, em Alepo e Damasco, tiveram como resposta um bombardeio sistemático pelos franceses, causando mais de 5 mil mortos. Após um ano de confronto, os franceses conseguiram restaurar a ordem, partindo então para a formação de uma assembléia nacional. Entretanto, apesar de um tratado firmado entre a França e a Síria em 1936, os nacionalistas sírios nunca aceitaram a influência francesa, contestando as divisões do território e a entrega aos turcos da província de Alexandretta, após eleições consideradas fraudulentas em 1938.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a rápida derrota inicial dos franceses, a Grã-Bretanha e os “franceses livres” (os soldados franceses que não se renderam aos alemães e optaram por continuar a combatê-los) ocuparam o território para garantir a continuidade do escoamento do petróleo iraquiano. A independência do Líbano e da Síria viria somente com a retirada das tropas francesas após o final da guerra, em 1946.

Mandatos e protetorados no Oriente Médio.



O MANDATO BRITÂNICO NO IRAQUE E NA PALESTINA

Após a derrota dos turcos e a ocupação da região do Iraque pelos britânicos, gerou-se entre as elites locais a mesma expectativa que nas outras províncias árabes que haviam colaborado para a vitória aliada na Primeira Guerra. Mas, com a instituição do mandato e a expulsão de Faisal da Síria pelos franceses, os nacionalistas árabes passaram a ver no controle britânico nada mais que uma nova forma de colonialismo.

O governo civil, instituído no pós-guerra, foi confrontado com os problemas clássicos do Iraque: disputas tribais, exigências de vários grupos de interesse que buscavam proteção da nova administração, demanda de recursos por parte das autoridades municipais, além da necessidade de implantação de estruturas de saúde e educação. A situação complicava-se ainda pela presença de refugiados que abandonavam os territórios otomanos remanescentes com medo da retaliação turca, proprietários de terras que demandavam investimentos em irrigação e rodovias, grãos para o plantio e outros insumos.

Nas cidades santas, reinavam o caos e a violência. Em Najaf, um oficial britânico foi assassinado por insurgentes iraquianos com o objetivo de promover uma rebelião, gerando maciças retaliações. Várias organizações clandestinas foram formadas unindo sunitas, xiitas e outros grupos da sociedade. Nas montanhas do Curdistão, durante muito tempo não houve condições de instalar uma estrutura administrativa. Ao longo de mais de três meses, as revoltas se estenderam de Mosul até Basra e somente foram contidas com grande dificuldade e a intervenção da Força Aérea, que contou com reforços enviados da Índia e da Pérsia.

Naquela que ficou conhecida como a Grande Revolução Iraquiana de 1920, uniram-se pela primeira vez em um esforço comum sunitas e xiitas, tribos, clãs e cidades. A construção do Iraque como Estado-nação dependia da integração religiosa e da solução da disputa ancestral entre as tribos e as populações urbanas, e entre as tribos das áreas cultiváveis nas planícies do Tigre e do Eufrates. A revolta de 1920 colocou esses grupos diversos do mesmo lado, permitindo, ainda que brevemente, extrair da complicada estrutura social do Iraque os elementos para o surgimento de um Estado.

A revolta levou à substituição do regime militar por um governo árabe provisório, mas ainda dependente do alto comissário britânico para o Iraque. A nova administração criava um canal de comunicação entre os britânicos

e uma população hostil e permitia aos iraquianos prepararem-se para se autogovernar. Quando Faisal foi expulso da Síria, um número razoável de administradores iraquianos retornou, facilitando o trabalho do novo governo, que, como antes era composto principalmente de árabes sunitas, tinha a maioria xiita representada desproporcionalmente.

Em 1921, Faisal recebeu, como consolo pela perda da Síria, o trono do Iraque. Um plebiscito aprovou por ampla maioria sua nomeação, graças a suas credenciais como descendente do profeta Maomé e sua participação na revolta de 1916 contra os otomanos. A monarquia continuaria a depender dos britânicos, que mantiveram seu apoio aos líderes tribais do Iraque; assim, mesmo com a criação de um exército nacional, o poder coercitivo do Estado manteve-se enfraquecido. Os britânicos se manteriam como o fiel da balança que tinha de um lado uma monarquia mais forte que qualquer uma das tribos, mas do outro uma possível coalizão de tribos, mais forte que a monarquia.

Posteriormente, porém, a monarquia sucumbiria a uma crise de legitimidade: apesar das credenciais islâmicas de Faisal, este não era iraquiano e seu governo foi sempre reconhecido como uma imposição estrangeira. Seria derrubado por uma revolução em 1958. O Exército seria a instituição que se consolidaria ao longo das décadas seguintes à implantação da monarquia. Bem organizado em meio a um frágil ambiente político, ganhou poder e influência, mantendo a predominância dos sunitas que compunham o oficialato, enquanto os soldados eram em sua maioria xiitas.

Apesar da pressão dos nacionalistas, e dos que se opunham à presença britânica, um tratado anglo-iraquiano foi firmado e ratificado em 1922. Dava aos britânicos ampla ingerência nos assuntos iraquianos e exigia dos iraquianos amplos compromissos financeiros que garantiriam a sua continuada dependência dos britânicos. Em compensação, a Grã-Bretanha assumia a responsabilidade pela assistência militar ao país. A Constituição, aprovada em 1924, garantia amplos poderes à monarquia iraquiana, permitindo-lhe inclusive cumprir com o tratado sem a sanção do parlamento. Dava, portanto, aos britânicos praticamente um controle indireto do país.

MOSUL E A QUESTÃO DO PETRÓLEO IRAQUIANO

A ocupação de Basra, no sul do Iraque, pelos britânicos em 1914 fora decorrência imediata da necessidade de proteger os campos petrolíferos da Pérsia. Tanto a transformação da Marinha real, de propulsão alimentada a carvão por outra alimentada a óleo, quanto as necessidades do Exército e de uma incipiente força aérea apontavam para uma crise no abastecimento de petróleo.

Após a ratificação do Tratado Anglo-Iraquiano e o estabelecimento da monarquia, uma das mais espinhosas questões referia-se à definição das fronteiras do novo país, especialmente a da província de Mosul, no norte do Iraque. A situação dessa província apresentava complicações únicas pela combinação de sua riqueza em petróleo e sua população curda, esta impedida de criar seu próprio Estado independente e presente também na Pérsia e na Síria.

O destino curdo foi selado pela decisão do líder turco Kemal Atatürk de incluir a região curda do leste da Turquia no moderno Estado turco. Os britânicos decidiram então incluir Mosul no Estado iraquiano, preservando o acesso ao petróleo que poderia ser extraído da região, mas fundamentando sua decisão com argumentos morais, assim como havia feito ao anunciar a Declaração Balfour. Os franceses, que haviam renunciado a sua parte no controle da região, tal como estabelecida no Acordo Sykes-Picot, receberiam 25% de participação na exploração de seu petróleo.

Em 1925, após anos de negociações, a empresa de petróleo que havia sido formada pelos turcos, e que detinha a concessão para exploração de petróleo na região, foi transformada na Iraq Petroleum Company e recebeu uma nova concessão por 75 anos. Os iraquianos, temerosos de uma incorporação de Mosul pelos turcos, garantiram apoio aos britânicos na votação da Liga das Nações, aceitando as condições impostas na negociação. Assim, ficou definida a inclusão de Mosul no novo Estado iraquiano, ainda que com a ressalva de autonomia cultural para os curdos, algo que havia sido fortemente reprimido pela Turquia.

O acordo entre britânicos e franceses não foi visto com bons olhos pelos Estados Unidos, cujas empresas também buscavam beneficiar-se das expectativas de encontrar petróleo na península. O Departamento de Estado norte-americano declarou que os acordos de concessão assinados antes da guerra não eram válidos e pressionou o governo britânico para incluir os Estados Unidos na nova divisão. Em julho de 1928, foi firmado o documento conhecido como Acordo da Linha Vermelha, que dava a um consórcio de

empresas americanas um quarto dos direitos de exploração no território que se estendia do Canal de Suez até a Pérsia e a União Soviética, com exceção do Kuwait. (Desde então, as concessões para a exploração do petróleo iraquiano passariam a envolver, sempre, uma combinação de força militar, pressão governamental e de empresas privadas.)

Após a solução da questão de Mosul, as tensões direcionaram-se para o sul do país. Líderes tribais emergentes passaram a competir por posições de poder com as elites urbanas sunitas e com os elementos da burocracia e oficiais do exército, treinados anteriormente pelos otomanos. As novas instituições, criadas por imposição de uma potência estrangeira, careciam de legitimidade, especialmente em um ambiente sem qualquer tradição democrática. Assim, apesar de uma Constituição e uma Câmara eleita, perpetuaram-se personalidades políticas e grupos que, ao longo dos anos seguintes, se alternaram no poder. A ausência de instituições políticas amplamente distribuídas impediu o incipiente movimento nacionalista de introduzir-se na estrutura social iraquiana, tornando-o quase insignificante.

O país tornou-se independente em outubro de 1932 e foi admitido na Liga das Nações. A imposição de fronteiras definitivas somente contribuiria para agravar as tensões, aprofundando as disputas entre os vários grupos que tentavam se posicionar na nova entidade. O conflito entre xiitas e sunitas teria de ser controlado por um governo autoritário, e as fronteiras arbitrárias determinadas no tempo do mandato causariam graves conseqüências econômicas e sociais.

Mosul estava separada de seus ancestrais parceiros comerciais na Síria, e Basra, de sua conexão com a Pérsia. Basra seria imprescindível para garantir o escoamento de petróleo através do Golfo Pérsico. O estabelecimento de uma fronteira no sul impedia a manutenção dos fluxos migratórios através do deserto, gerando enormes tensões com as tribos locais e com o Kuwait, a Arábia Saudita e a Pérsia, também surgidos da arbitrária delimitação de fronteiras pelos britânicos.

O MANDATO DA PALESTINA

Quando a Conferência de San Remo estabeleceu o Mandato francês para a Síria e o Líbano, em 1920, os britânicos receberam o Mandato para a Palestina, incluindo a Transjordânia. Quando Faisal foi desalojado da Síria pelos franceses, seu irmão Abdulah reuniu um pequeno exército e anunciou

sua intenção de expulsar os estrangeiros; mas a caminho do norte estabeleceu-se em Amã, na Transjordânia, consolidando seu controle sobre as tribos e vilarejos do território que os britânicos haviam separado da área que abrangia a totalidade da Palestina, destinada ao mandato.

No território remanescente, a oeste do rio Jordão, os britânicos teriam de confrontar as conseqüências das promessas concomitantes feitas aos sionistas e às lideranças árabes durante a guerra e, em 1921, promulgaram uma constituição baseada na cooperação entre árabes e judeus. A impossibilidade de criar um Estado constitucional, entretanto, perpetuou o controle britânico, mas tentando cooptar as duas comunidades na administração do território. A liderança judaica engajou-se prontamente, porém os árabes se recusaram a cooperar. Assim, ao longo dos anos seguintes, fortaleceram-se as instituições judaicas que dariam origem ao governo israelense em 1948, enquanto a liderança árabe palestina mantinha-se dividida, rejeitando a imposição do Mandato inglês.

A imigração judaica na Palestina aumentou progressivamente até 1925. Sua interrupção eliminou a principal razão para a tensão entre árabes e judeus até que a Crise de 1929 voltasse a alimentá-la. Nesse mesmo ano, ocorreram os grandes confrontos que culminariam com o massacre da comunidade judaica de Hebron, a emergência do mufti de Jerusalém, Amin al-Husayni, como líder dos árabes palestinos e com a percepção britânica de que não seria possível acomodar os árabes com a continuidade da imigração judaica. A partir daquele ano, a política britânica para a região direcionou-se cada vez mais para o apaziguamento árabe, especialmente após a intensificação da fuga de judeus alemães perseguidos pelo regime nazista que encontravam na Palestina o único destino viável.

Em 1936, os árabes formaram um comitê destinado a unir seus esforços diante da liderança judaica, e os britânicos enviaram uma delegação liderada por lorde Peel, que concluiu pela necessidade de dividir a Palestina em dois territórios. O reinício da violência promovida pelos árabes logo se transformou em uma guerra civil que durou três anos, provocou milhares de mortos do lado árabe, duramente reprimidos pelos britânicos, e centenas de mortos entre a população judaica, deslocando mais da metade da população de judeus da cidade velha de Jerusalém e os remanescentes em Hebron dos massacres de 1929 para áreas mais densamente povoadas pela população judaica.

Os árabes, então, recusaram-se a pagar impostos, engajaram-se em atos de sabotagem e a liderança árabe radical combateu com a mesma intensidade

britânicos, judeus e árabes moderados, até ser finalmente desbaratada pelo governo mandatário. Uma parte de seus líderes foi presa, outros conseguiram escapar e, no exílio, viriam a incitar a liderança iraquiana contra os britânicos e apoiar a política nazista nos territórios por estes ocupados após o início da Segunda Guerra Mundial.

Os efeitos dos conflitos com os árabes sobre a liderança judaica também foram profundos e duradouros. Por um lado, consolidaram-se as forças de segurança, oriundas dos voluntários que haviam lutado junto aos britânicos. Por outro, surgiram os grupos dissidentes que seriam responsáveis pelas ações terroristas judaicas no futuro.

Após a repressão britânica da revolta árabe, os britânicos concluíram que a imigração judaica teria de ser severamente limitada. Às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, baixaram uma série de restrições tanto à imigração quanto à aquisição de terras pelos judeus, tentando apaziguar os árabes e evitar seu alinhamento com a Alemanha. A liderança judaica se viu diante de um dilema: tinha de se opor à política britânica e lutar pela continuidade da imigração, ainda que de forma ilegal, mas, ao mesmo tempo, necessitava fortalecer os britânicos para impedir que os alemães ocupassem a região. Assim como já ocorrera na Primeira Guerra Mundial, quando uma grande quantidade de membros da população judaica alistou-se nas forças britânicas, levando-os a adquirir experiência que seria inestimável quando do confronto com as forças árabes, após a retirada britânica.

Quando a guerra terminou, em 1945, tornaram-se amplamente conhecidas as conseqüências da política alemã de extermínio e surgiram enormes pressões para a abertura das fronteiras do mandato à imigração dos sobreviventes. Nos anos seguintes, a Grã-Bretanha, vitoriosa, mas enfraquecida, entregaria a questão às Nações Unidas, que votariam a partilha do território para a criação de dois Estados independentes. Os judeus concretizaram o que haviam entendido como a principal designação do mandato, anunciando a criação do Estado de Israel após a retirada dos soldados britânicos do território, enquanto a Jordânia, apoiada pelos britânicos, incorporou grande parte da área destinada ao Estado palestino.

Ainda em 1956, França e Grã-Bretanha tentariam manter sua influência na região através da intervenção na Guerra de Suez – mais uma vitória militar que se transformou em derrota diplomática. A partir de então, os Estados locais, frutos das maquinações das potências européias, passariam a ser os principais protagonistas da política internacional no Oriente Médio.

O MOMENTO ATUAL

O mosaico do Oriente Médio nos dias de hoje é claro reflexo das políticas adotadas pela Grã-Bretanha e pela França no começo do século XX. Das margens do Mediterrâneo até o Golfo Pérsico não há um só país cujas fronteiras não tenham sido desenhadas pelos arquitetos do Acordo Sykes-Picot.

No Iraque, ocupado por tropas americanas e britânicas, com a presença simbólica de vários outros países, curdos, xiitas e sunitas enfrentam-se como antes de haverem sido colocados sob o mesmo governo. A existência do Kuwait como país independente foi contestada até recentemente pelo Iraque, assim como as fronteiras com o Irã e a Arábia Saudita. E nada indica que a eliminação de Saddam Hussein mudará essa percepção. O petróleo continua a ser extraído e exportado por grupos estrangeiros, e terroristas de diversos matizes continuam a tentar impedir seu fluxo através dos oleodutos desenhados há mais de um século.

Os turcos, com seu Estado laico consolidado, continuam a negar o massacre armênio e a reprimir a população curda remanescente no leste do país. A Jordânia, mantida por anos sob proteção dos britânicos, aproximou-se ora do Iraque, ora do Egito, mas nunca deixou de sentir a fragilidade oriunda das características de seu território e de sua população. A ocupação da margem ocidental do rio Jordão, em 1948, introduziu no país um contingente palestino que até os dias de hoje influencia as possíveis soluções para o problema da Palestina.

No Líbano, após anos de uma sangrenta guerra civil, as tradicionais rivalidades étnicas deram lugar a uma nova força, representativa da população xiita majoritária no sul do país e organizada sob o pretexto de combater a presença israelense. O Hezbollah se transformou na principal força armada não estatal da região, recebendo apoio da Síria e do Irã e ajudando a aprofundar as diferenças étnicas no Líbano e a influência de uma Síria que nunca aceitou a extração de uma parte de seu território pelos cristãos franceses.

No território da Palestina – onde a publicação da Declaração Balfour em 1917 havia anunciado a disposição britânica para a criação de um “Lar Nacional Judaico”, conceito abandonado, após duas décadas de conflitos, em favor da idéia de uma divisão para a criação de dois Estados etnicamente caracterizados até que, finalmente, a questão foi entregue para decisão das Nações Unidas em 1947 –, continuam a se manifestar as

conseqüências de políticas adotadas logo após a ocupação da região no final da Primeira Guerra Mundial. Os judeus conseguiram criar um Estado forte e independente e, após várias guerras, ocupar todo o território da Palestina histórica, do Mediterrâneo até o rio Jordão. Ao longo da última década, a constatação da impossibilidade de absorver, expulsar ou controlar uma população de milhões de palestinos, e assim manter o controle dos territórios ocupados em 1967, levou o governo israelense a buscar alternativas, entre as quais a retirada unilateral de parte do território conquistado e a construção de uma barreira de separação física entre as populações árabe e israelense. Nenhuma dessas medidas, entretanto, aponta para uma solução que, no curto ou médio prazo, atenda simultaneamente às reivindicações palestinas de criação de um Estado independente e às aspirações israelenses de manter dentro de suas fronteiras os grandes assentamentos construídos ao longo das últimas quatro décadas. Tudo indica que as conseqüências das ações de Sykes e Picot continuarão a ser sentidas ainda por muito tempo.

BIBLIOGRAFIA

- FISK, Robert. *The great war for civilization*. New York: Vintage Books, 2007.
- HART, B. H. Liddell. *The real war 1914–1918*. Boston: Little Brown, 1964.
- HOURANI, Albert. *A history of the arab peoples*. New York: Warner Books, 1991.
- HUREWITZ, J. C. *The struggle for Palestine*. New York: Schocken Books, 1976.
- JONES, Geoffrey. *The state and the emergence of the british oil industry*. London: Macmillan, 1981.
- KEMP, G. & HARKAVY, R. *Strategic geography and the changing Middle East*. Brookings Institution Press, 1997.
- KENNEDY, Paul. *The rise and fall of the great powers*. Random House, 1987.
- _____. *The rise of the anglo-german antagonism*. London: The Ashfield Press, 1980.
- LEWIS, Bernard. *The Middle East: a brief history of the last 2.000 years*. New York: Scribner, 1995.
- MACMILLAN, Margaret. *Paris 1919*. New York: Random House, 2003.
- SACHAR, Howard M. *A history of Israel*. New York: Alfred A. Knopf, 1996.
- SAMPSON, Anthony. *The seven sisters: the great oil companies and the world they made*. New York: Viking, 1975.
- SCHIFF, Zeev. *A history of the israeli army 1870–1974*. New York: Simon & Schuster, 1974.
- TESSLER, Mark. *A history of the Israeli-Palestinian conflict*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- TUCHMAN, W. Barbara. *Bible and Sword*. New York: Ballantine Books, 1984.
- YERGIN, Daniel. *The Prize: the epic quest for oil, money and power*. New York: Simon & Schuster, 1992.